

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A UMBANDA E O PÚBLICO UMBANDISTA: REFLEXÕES SOBRE OS VALORES DE FÉ NA UMBANDA, OS ENFRENTAMENTOS DOS POVOS DE SANTO NO ÂMBITO DO RACISMO RELIGIOSO E POSSÍVEIS DIÁLOGOS TEMÁTICOS COM A HISTÓRIA PÚBLICA

Paula Roberta Libanori Haenisch
Mestranda em História Pública pela UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná
paulahaenisch2020@gmail.com

Introdução

Esta produção apresenta alguns recortes de minha pesquisa de Mestrado em História Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), pesquisa, esta, ainda em formação e percorrendo seus primeiros passos em um caminho que intenciona a construção dialógica do conhecimento.

Desde muito nova, me interessei por conhecer inúmeras crenças religiosas. Nasci, fui criada e batizada em família cristã católica, mas sempre tive muita abertura e curiosidade – que eu e boa parte da família julgávamos ser somente uma ‘curiosidade de adolescente’ – para aprender sobre outras religiões: Como são? De que modo se diferenciam da religião que eu aprendi desde a infância? Quais são os rituais dessas religiões? E a pergunta que mais me intrigava: Quem garante que só a ‘minha’ religião é a certa? Esta última pergunta era a que mais ecoava em meu interior.

Aos dezenove anos, finalmente, ouvi dizer algumas informações sobre ‘a tal da Umbanda’ que o meu irmão e a esposa conheceram lá na capital do estado, Curitiba. Então, resolvi procurar aqui no interior, na região Noroeste do estado paranaense, um terreiro de Umbanda. Encontrei: peguei o ônibus e fui da cidade de Nova Esperança até a cidade de Paranaíba e, creio eu, que essa tenha sido a melhor decisão tomada em minha juventude, pois mesmo antes de adentrar ao terreiro, estando eu na calçada, meu coração acelerou com o toque dos atabaques e uma alegria indescritível tomou conta do meu coração.

Entrei no terreiro e, para além do som, pude sentir o cheiro das ervas queimando no defumador. Vi as belíssimas imagens e quadros no interior do local. Naquele instante, eu percebi que, como diz a bela canção de Arlindo Cruz, o meu lugar é caminho de Ogum e Iansã.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Hoje, aos trinta anos, sou Filha de Santo do terreiro de Umbanda ‘Pai Felipe de Aruanda’, localizado no município de Paranaíba, onde fui muito bem acolhida desde o primeiro momento em que lá estive, no ano de 2012. Hoje, sinto de perto a energia e a alegria de professar essa fé, mas também acompanho de perto os relatos de muitos dos meus “irmãos” e “irmãs” de Santo sobre situações constrangedoras e violências vividas por conta do Racismo Religioso – prática discriminatória esta, praticada contra todas as religiões de matriz afro no Brasil – ainda que nessas religiões haja frequentadores e membros do corpo mediúnico de outras etnias.

Os atos preconceituosos direcionados a tal religiosidade se enquadram em atos de Racismo Religioso visto que a origem da Umbanda é marcada pela presença de elementos da cultura religiosa negra e que, em via de regras, se mesclou com elementos de outras religiosidades como o Catolicismo e o próprio Espiritismo Kardecista, entre outras denominações religiosas e espiritualistas.

Deste modo, intenciono não apenas como Filha de Santo, mas, também como historiadora e pesquisadora, ouvir os relatos, as experiências (muitas delas traumáticas) e acolher os silêncios (igualmente traumáticos, em grande parte dos casos) dos meus irmãos e irmãs de Santo, dialogando desta forma com eles e criando novos horizontes e expectativas, (re)construindo conhecimentos sobre a Umbanda em um trabalho com o público, pelo público e para o público dentro das possibilidades de pesquisa e ação na área da História Pública.

Das origens da Umbanda: o ‘mito fundador’ de Zélio Fernandino de Moraes e outras possibilidades a serem enxergadas

A Umbanda é uma religião de matriz afro-brasileira, cuja origem exata não é possível ser definida por meio de certezas e afirmações em tom de ‘verdade absoluta’, visto que existam várias versões explicativas acerca dessa temática. Estas, em geral, apresentam-se inseridas em um intervalo de tempo que correspondente aos anos finais do século XIX e iniciais do século XX em um contexto fortemente influenciado por tensões políticas e fatos relevantes e intensos como, por exemplo, a Abolição da Escravatura, legalmente falando, por meio da Lei Áurea de 13 de Maio do ano de 1888.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Lei, esta, com inúmeras problemáticas que desconsiderava os próprios indivíduos negros e escravizados como protagonistas nas discussões de modo que

[...] se no primeiro momento a Lei Áurea significou a libertação dos escravos do jugo dos seus senhores, no momento seguinte, condenou aqueles a viverem como vítimas do sistema, uma vez que se encontravam livres, sem, contudo, possuírem estudo, documentos, dinheiro, moradia, emprego, escola e nenhuma outra espécie de assistência social proporcionada pelo Estado. (MONTEIRO, 2012, p. 360).

Outro fato marcante nesse intervalo de tempo foi a transição do Brasil Império para o Brasil República, oficializada em 15 de Novembro de 1889. Em suma, trata-se de uma época igualmente marcada pelo crescimento de centros urbanos em um país que fora, caracteristicamente, durante muitos séculos, predominado por territórios rurais e suas respectivas elites agrárias.

Em diversos trabalhos acadêmicos e livros sobre Umbanda, produzidos dentro ou fora da academia, por adeptos da religião ou por estudiosos do tema (que podem, ou não, serem umbandistas) o dia 15 de Novembro de 1908 é apontado como o dia oficial em que a Umbanda foi anunciada, ou seja, seu momento ‘fundador’. Uma dessas produções é a de Rogério Golembiesk (2015) segundo o qual teria o médium Zélio Fernandino de Moraes, um jovem branco no auge de seus dezessete anos, manifestado, por meio do ato mediúnico de incorporação, a mensagem do Caboclo das Sete Encruzilhadas da seguinte forma e no seguinte contexto

Zélio foi acometido por uma inexplicável paralisia, sem explicação plausível para a medicina [...] Um amigo da família, sabendo do ocorrido, sugeriu uma visita à Federação Espírita do Estado do Rio de Janeiro, (na época sediada em Niterói e presidida pelo Sr. José de Souza). E assim foi feito... No dia 15 de novembro o jovem Zélio foi convidado a participar da sessão [...] uma força estranha dominou o jovem Zélio e ele falou, sem saber o que dizia [...] Um dos médiuns videntes perguntou: Por que o irmão fala nesses termos pretendendo que a direção aceite a manifestação de Espíritos que pelo grau de cultura que tiveram quando encarnados são declaradamente atrasados? - Por que fala desse modo, se estou vendo que me dirijo, neste momento, a um jesuíta e sua veste branca reflete uma aura de luz? - E qual é o seu nome meu Irmão? Então o Espírito que utilizava o jovem Zélio como canal passou a responder: - Se julgam atrasados os Espíritos dos pretos e dos índios, devo dizer que amanhã estarei na casa deste aparelho para dar início a um culto em que esses pretos e esses índios poderão dar sua mensagem, e assim cumprir a missão que o Plano Espiritual lhes confiou. Será uma religião que falará aos humildes, simbolizando a igualdade que deve existir entre todos os irmãos, encarnados e desencarnados. E se querem saber o meu nome, que seja este: Caboclo das Sete Encruzilhadas, porque não haverá caminhos fechados para mim. - Julga o Irmão que alguém irá assistir ao seu culto? - Perguntou com

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

certa ironia o médium vidente. – Cada colina de Niterói atuará como porta-voz, anunciando o culto que amanhã iniciarei. (GOLEMBIESK, 2015, p. 26).

Ainda de acordo com essa versão, no momento em que tal fato aconteceu alguns presentes e os dirigentes do local de cunho kardecista teriam se irritado e expulsado dali aquela entidade, negando suas palavras. Mesmo assim, na noite do dia posterior, conforme fora previsto

Às 20 horas, manifestou-se o Caboclo das Sete Encruzilhadas. Declarou que se iniciava, naquele momento, um novo Culto em que Espíritos dos velhos africanos, que haviam servido com escravos e que desencarnados não encontravam campo de ação nos remanescentes das seitas negras e os índios nativos da nossa terra, poderiam trabalhar em benefício dos seus irmãos encarnados, qualquer que fosse a cor, a raça, o credo e a condição social. A prática da caridade no sentido do Amor Fraternal seria a característica principal desse Culto, que teria por base o Evangelho de Jesus e como Mestre Supremo o Cristo. (GOLEMBIESK, 2015, p. 27).

Este evento da noite de 16 de Novembro ocorrera em outro local, não mais na Federação Espírita do Rio de Janeiro, mas, sim na Tenda Nossa Senhora de Piedade, onde o Caboclo das Sete Encruzilhadas, incorporado em Zélio, teria proferido também as seguintes palavras:

“Vim para fundar a Umbanda no Brasil, aqui se inicia um novo culto, em que os espíritos de pretos-velhos africanos e índios nativos de nossa terra poderão trabalhar em benefício dos seus irmãos encarnados, qualquer que seja a cor, raça, credo ou posição social. A prática da caridade no sentido do amor fraternal será a característica principal desse culto.”. (PINHEIRO, 2009, p. 41).

Apesar dessa narrativa acerca de Zélio circular muito dentro da comunidade umbandista há décadas, atualmente, entre vários autores do tema, sejam eles acadêmicos ou não, assim como entre os adeptos da religião Umbanda, não existe mais um consenso sobre o tal ‘mito fundador da Umbanda’ que, de inúmeras formas, como argumenta Bruno Rohde (2009) se assemelha ao ‘mito fundador do Brasil’ elencando, inclusive, a mesma data da Proclamação da República como a suposta data em que, finalmente, a Umbanda teria se originado por meio de Zélio e do Caboclo das Sete Encruzilhadas.

Fato é que muito antes do momento datado como o dia em que, supostamente, aconteceu a anúncio oficial da Umbanda, diversas práticas religiosas centradas no culto aos Orixás africanos já ocorriam em várias regiões do Brasil. Estas manifestações mesclavam, em maior ou menor grau, o culto aos Orixás com elementos mediúnicos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

diversas vezes encontrados em trabalhos no estilo kardecistas, por exemplo, e, também, com elementos da religiosidade Católica, ora com semelhanças doutrinárias e ritualísticas entre si, ora com diferenças marcantes de um centro (ou terreiro) para o outro. Segundo Wilson Barbosa (2008), desde a segunda metade do século XIX

a `Nbandla sofreu forte impacto do Kardecismo, recém-implantado no Brasil [...] A `Nbandla, sendo já à época conhecida como Umbanda (corruptela gerada pela pronúncia), no Rio de Janeiro tinha mesmo acesso às igrejas católicas [...] O atendimento coletivo substituíra a antiga roda comum de delírio das aldeias Bantu na África (Ku Yinga). Ali podia-se entoar cânticos reelaborados para expressar a nova coletividade, evidentemente híbrida, de parentela e consangüinidade desconhecidas. Os antepassados eram invocados de acordo com uma nova terminologia mais abrangente, produzida pelos sacerdotes para cobrir um arco mais abstrato de relações com os fiéis. (BARBOSA, 2008, p. 11).

Tais evidências corroboram a tese de que a Umbanda não se originou com Zélio, prontamente no ano de 1908 e, além disso, permitem a visualização das aproximações e distanciamentos em relação ao andamento dos rituais desde tempos longínquos, evidenciando que não é possível definir somente uma forma de Umbanda. Sendo assim, apesar de existir linhas gerais sobre o que vem a ser e como vem a ser a Umbanda “[...] cada grupo de terreiros parece tomar um destino próprio que expressa uma grande diversidade de papéis e divergências” (BARBOSA, 2008, p. 18).

Todos esses pontos atrelados entre si atestam para o quão equívoco seria continuarmos aceitando de olhos fechados apenas uma versão explicativa acerca de como, quando e por intermédio de quem as práticas umbandistas teriam se originado no Brasil. Neste sentido, a Umbanda é uma religião plural e múltipla em diversos sentidos e inúmeros fatores, tanto internos como externos, influenciam em cada uma dessas narrativas e lembranças. Ou seja,

Existem também textos que se referem com maior ou menor proximidade a esses fatos, porém sem a denominação de mito de fundação, mas sim tratando-os como um marco histórico efetivo, senão de fundação, pelo menos um momento importante na organização da umbanda enquanto religião nova, variando dados como as datas, locais específicos e detalhes no desenrolar dos acontecimentos. [...] Mesmo que os episódios narrados não tenham acontecido, ou que tenham mais componentes míticos do que históricos, eles simbolizam um período de toda forma muito importante no processo de constituição da umbanda tal como a conhecemos (em parte) atualmente. Só que a importância do conteúdo relatado no mito de fundação não pode de forma alguma ser tomada como exclusiva, nem no todo, nem em parte. Tampouco podemos atribuir importância exclusiva a qualquer outro líder ou

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

momento específico na história do complexo universo umbandista, o que certamente configuraria uma redução interpretativa injusta. (ROHDE, 2009, p. 81-82).

Ainda sobre essa temática acerca do ‘mito fundador’, trata-se, portanto, de analisar, do compreender e de refletir sobre o valor simbólico atribuído a uma versão tão repetidamente espalhada ao longo de décadas, mas não se deixando cegar por essa visão como sendo a única plausível, até mesmo por que como evidencia Silva (2005, p. 82) “as religiões afro-brasileiras se desenvolveram praticamente em todos os estados onde houve a presença do negro e de seus descendentes” e em cada região do país essas religiões desenvolveram suas particularidades. Sendo assim, mesmo se apresentado sob um mesmo nome, elas podem ter variações em suas práticas que, ora são conhecidas e aceitas em determinados locais, ora são totalmente recusadas ou sequer (re)conhecidas em outros.

Mas, em meio a esse universo tão múltiplo, em que consiste então a Umbanda? O que de fato a substancia como uma religião? E, mais do que isso, uma religião de matriz afro-brasileira? É o que buscarei responder a seguir.

Por que Umbanda e como Umbanda: algumas reflexões em torno daquilo que caracteriza os trabalhos umbandistas

Sobre os aspectos que fundamentam a religião Umbanda há, entre alguns estudiosos, uma visão de que ela está na ‘metade do caminho’, por assim dizer, entre o Kardecismo e o Candomblé. Deste modo, encontra-se inserida em uma espécie de linha contínua entre religiosidades e permeada por dois extremos – ou dois polos – na qual o espiritismo de Allan Kardec seria o polo com maiores características ocidentais dessa linha e o Candomblé, por sua vez, o polo oposto, isto é, aquele com aspectos menos ocidentais (NEGRÃO, 1996).

Olhando para esse ideal que apresenta a Umbanda circunscrita apenas entre o Kardecismo e o Candomblé, entendo essa análise – que tem como base um conceito nomeado por *continuum* religioso – como uma formulação limitada, pois ela desconsidera um elemento frequentemente presente nos ritos e terreiros umbandistas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que é o elemento do Catolicismo, conforme bem destacado por Barbosa (2008) ainda hoje é possível notar que em diversos momentos ritualísticos nos trabalhos umbandistas muitos terreiros, tanto nas rezas de abertura como nas de fechamento dos trabalhos espirituais, os cânticos aos Orixás são mesclados com rezas católicas, como o Pai Nosso e a Ave Maria. E vale mencionar que esse tipo de mistura elementar ocorre em diversas ocasiões ao longo do andamento dos rituais, não somente na abertura e finalização.

A presença do elemento católico na Umbanda, inclusive, é a parte dessa grande mescla que mais gera polêmicas em torno de questões como, por exemplo, o sincretismo entre os Santos e os Orixás existente até os dias de hoje em inúmeros terreiros. Tal fato divide opiniões entre aqueles que enxergam nas ações sincréticas um valor simbólico, embora compreendam as diferenças no sincretismo de hoje e naquele aplicado nas senzalas como forma de resistência, e aqueles que o enxergam como desnecessário e prejudicial justamente por não estarmos mais nos tempos de perseguição como ocorria nos moldes coloniais escravistas. Todavia, essa é uma discussão na qual não pretendo me aprofundar, apenas a mencionei aqui para reforçar, mais uma vez, a minha posição contrária às perspectivas do *continuum* religioso apresentadas anteriormente, pois a Umbanda não bebe apenas do Kardecismo e do Candomblé para se constituir como religião.

Outro fato relevante acerca do que é Umbanda e de como ela se consiste como tal é a presença do fenômeno da incorporação de espíritos chamados de guias ou entidades. Isto é, na Umbanda existe o culto aos Orixás, porém, não há a incorporação do Orixá em si como ocorre, em contrapartida, no Candomblé. Afinal, a incorporação nos moldes umbandistas advém das tais entidades ou guias que não são sinônimos de Orixás, são espíritos que atuam como membros das falanges dos ditos Orixás. Ou seja, mesmo cultuando os Orixás, os candomblecistas e umbandistas têm diferentes assimilações acerca deles. No Candomblé os Orixás

[...] transformaram-se de deuses titulares de um clã, linhagem ou cidade, em deuses pessoais, que cada pessoa recebe em seu corpo e cultua como protetor individual. Contudo, ainda que o orixá Ogum, por exemplo, incorpore em vários filhos- de-santo, ele é reconhecido pela comunidade de candomblé como um deus único, ao qual se associam danças, cores, preferências alimentares e outros atributos de sua identidade. (SILVA, 2005, p. 120).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Já na Umbanda, eles “são entendidos e cultuados com outras características. Sendo considerados espíritos muito evoluídos, de luz [...] só ocasionalmente descem à Terra e mesmo assim apenas na forma de ‘vibração” (SILVA, 2005, p. 120). Deste modo, como fora explicado anteriormente, Orixá não é sinônimo de guia ou entidade, no espectro umbandista, e esses últimos são espíritos menos evoluídos do que os Orixás – porém, muito mais evoluídos do que nós que aqui na Terra estamos – e que se manifestam com diversas roupagens fluídicas espirituais nas figuras dos Caboclos, Pretos Velhos, Ibejadas, Exus, Pombagiras, entre outros.

Caboclos e Pretos Velhos, respectivamente, “embora tenham nomes próprios [...] e sejam espíritos de indivíduos – como na concepção kardecista –, remetem muito mais aos segmentos formadores da sociedade brasileira” (SILVA, 2005, p. 121) quando comparados com os espíritos que aparecem nos rituais de trabalho mediúnico dos centros espíritas ao estilo Kardec. Daí a brasilidade da Umbanda, que é mais uma característica relevante para entendermos ela enquanto uma religião repleta de elementos nacionais o que, no entanto, ocorre sem apagar as influências e heranças africanas que a tornam uma religião de matriz afro-brasileira.

Outro aspecto que caracteriza a Umbanda é a presença dos médiuns que não incorporam, porém, realizam trabalhos variados e são conhecidos ora como atabaqueiros, ora como curimbeiros ou, então, ogãs (leia-se, também, ogans). Tais médiuns dentro do terreiro “são os responsáveis pela música sacra durante os trabalhos e, mesmo não entrando em transe, é crido que os ogans participem do processo de mediação entre os ‘planos físicos e espirituais’ através da ‘intuição espiritual” (ALMEIDA; SOUZA, 2011, p. 78). Além deles, há os médiuns que atuam como Cambones (ou Cambonos, dependendo da grafia e da região) cuja função é auxiliar os médiuns quando estão incorporados e seus respectivos guias, bem como ajudar e explicar o que for necessário ao público presente, este, geralmente conhecido como assistência ou consulentes.

Por meio desses recortes, portanto, nota-se que a despeito das divergências, a “influência do cristianismo e a capacidade de incorporar diferentes categorias de entidades, são marcantes na umbanda tal como a entendemos hoje, sem falar da música

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

percussiva, da dança ritual e dos objetivos das sessões” (ROHDE, 2009, p. 88). Sendo assim, é notável que mesmo com discursos e ‘mitos’ que tentam apagar a raiz negra da Umbanda, ela existe e se faz fundamental na compreensão acerca do que caracteriza a Umbanda e os seus fundamentos e enfrentamentos enquanto religião brasileira e de matriz afro.

Intolerância Religiosa e Racismo Religioso: dois termos não sinônimos

À primeira vista, intolerância religiosa e racismo religioso podem parecer expressões sinônimas aos olhos desatentos de quem faz uma primeira leitura do tema. Contudo, não são. Embora ambos causem constrangimentos e opressões muitas vezes similares, quando analisados nas entrelinhas, torna-se evidente que em cada circunstância esse contexto constrangedor, violento e de ataques se dá ao seu modo e com direcionamento a grupos distintos. Acerca do uso da expressão intolerância religiosa, Sidnei Nogueira (2020) destaca que ela

[...] tem sido utilizada para descrever um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a crenças, rituais e práticas religiosas consideradas não hegemônicas. Práticas estas que, somadas à falta de habilidade ou à vontade em reconhecer e respeitar diferentes crenças de terceiros, podem ser consideradas crimes de ódio que ferem a liberdade e a dignidade humanas. (NOGUEIRA, 2020, p. 21).

No Brasil, a intolerância religiosa se faz presente desde os primórdios da colonização portuguesa e mascarada por ideais de civilização trazidos pelos europeus aos trópicos em diversos sentidos, tanto nos costumes de vestimenta, como na religião, entre outros. Nesse sentido, não somente a religiosidade indígena foi menosprezada pela postura eurocêntrica cristã dos colonizadores como, também, as manifestações religiosas dos povos africanos que foram tratadas como inferiores e demonizadas de inúmeros modos e em diversos níveis, visto que “[...] desde os primeiros momentos da América Portuguesa houve a prevalência de uma religião, no caso, o cristianismo” (RODRIGUES, 2018, p. 168).

Em termos legais, essa oficialização do cristianismo e esse cenário de intolerância amparada e mascarada pelas leis – ou pela falta delas – “começou a mudar somente depois de quase cinco séculos do início da colonização portuguesa, com a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Constituição Federal de 1988” (RODRIGUES, 2018, p. 168), no entanto, é sabido que ações intolerantes no que diz respeito às manifestações de fé não oficializadas como cristãs ainda são recorrentes.

Adentrando ao campo específico do racismo religioso, esse é um fenômeno que quando comparado com a intolerância religiosa torna-se evidente a realidade na qual

É possível afirmar que a intolerância religiosa não é algo recente na história da humanidade e muito menos na história do Brasil. Todavia, suas formas de manifestação têm sido modificadas de acordo com a organização política, cultural e econômica de cada sociedade em determinado tempo e espaço. O preconceito, a discriminação, a intolerância e, no caso das tradições culturais e religiosas de origem africana, o racismo se caracterizam pelas formas perversas de julgamentos que estigmatizam um grupo e exaltam outro, valorizam e conferem hegemonia a um determinado “eu” em detrimento de “outrem”, sustentados pela ignorância, pelo moralismo, pelo conservadorismo e, atualmente, pelo poder político. (NOGUEIRA, 2020, p. 19.).

Em seus escritos, Emília Mota (2018) destaca que, desde o final do século XIX, discursos inferiorizando as práticas religiosas e culturais dos povos africanos no Brasil se fortaleceram, sendo muitas vezes reforçados com discursos de médicos e advogados, indivíduos vistos como ‘senhores do saber e das leis’ e que eram quase que sem exceções, ricos e brancos e tratavam as religiões de matriz africana como “expressões do primitivismo, da inferioridade e do atraso das populações negras” (MOTA, 2018, p. 28). Além de inferiores, eram tratadas como representação de tudo que há de demonizado e ruim. “Ou seja, ‘o mal’ fora localizado nas populações negras, nas atividades provenientes de religiões de matrizes africanas que continuariam criminalizadas e perseguidas ao longo da história do nosso país” (MOTA, 2018, p. 29).

Diante desse breve, porém, importante resgate acerca das diferenças existentes entre Intolerância Religiosa e Racismo Religioso é possível buscar e traçar novas perspectivas de forma a rememorarmos o passado a partir do tempo presente e de suas necessidades e perspectivas como sugere ARAÚJO (2012) e mantendo um diálogo com a História Pública? É sobre isso que tratarei adiante.

**História Pública, memórias da cultura afro-brasileira e público umbandista:
reflexões e projeção de possíveis entrelaces**

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Definir o que é História Pública é uma tarefa árdua e com diversas possibilidades dada a amplitude do seu campo de ação. Nascida nos EUA para resolver questões locais relacionadas à (falta de) empregabilidade de historiadores, na década de 1970, ela chegou ao Brasil anos depois, sobretudo a partir de 2011 em decorrência de alguns eventos como, por exemplo, o Curso de Introdução à História Pública promovida pela USP (Universidade de São Paulo) e, também, pelo lançamento de obras como a *Introdução à história pública* (2011) sob a organização de Rovai e Almeida. No ano seguinte, houve a criação da RBHP (Rede Brasileira de História Pública) que também serviu para alavancar, ainda mais, as discussões latentes em torno do termo e de suas possibilidades historiográficas, estas, muitas vezes distintas das possibilidades estadunidenses, dado que, naturalmente, cada região apresenta suas próprias demandas.

Em se tratando da História Pública no Brasil, muito se fala sobre públicos diversos, campos e recursos múltiplos e caminhos de conhecimento e de práticas que se entrecruzam com perspectivas da história oral e social de modo que, aqui, ela não se resume somente em uma história para o público, mas também uma história com o público, além da história e o público e da história pelo público. (SANTHIAGO, 2016). É notável, então, que ela, História Pública é “um conceito escorregadio” (LIDDINGTON, 2011, p. 32), e que apresenta suas próprias variações no tempo e no espaço onde se faz presente. Portanto, meu intento neste contexto não é tratar de forma aprofundada do que ela pode ou não pode ser em cada ambiente específico, mas, sim, tratar das suas possibilidades dentro das discussões de viés racial no Brasil e perpassando o campo religioso afro-brasileiro.

Trabalhos sobre e com a população negra, no Brasil, ganharam bastante destaque a partir da década de 1990, década em que foi criado o projeto Rota do Escravo, pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) pautado pela

[...] necesidad de discutir no solo el impacto de la esclavitud y del comercio de esclavos en el desarrollo de África sino, también, sus repercusiones entre las poblaciones afrodescendientes de todo el mundo. Así, La Ruta del Esclavo se convirtió en un enorme paraguas protector debajo del que se desarrollaron varios programas culturales, educativos, científicos y educativos. (ARAÚJO, 2012, p. 127).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Outras ações se seguiram como a instalação de várias estátuas e bustos de Zumbi dos Palmares em diversas cidades brasileiras como a do ano de 2008 que foi implementada na cidade de Salvador (ARAÚJO, 2012), ademais de iniciativas como o *Inventário dos sítios e lugares de memórias*, datado de 2011, e que foi planejado com apoio da Fundação Palmares, contando com resultados apresentados em conferências internacionais e com aplicação de consultas públicas para sua execução (MATTOS; ABREU; GURAN, 2014).

É relevante mencionar, igualmente, o longo processo para que houvesse o reconhecimento em 2013 do Cais do Valongo como “um importante lugar de memória da diáspora africana” (VASSALLO; CICALO, 2014, p. 240) após inúmeras situações de impedimentos decorrentes desde o ano de 2011, quando o local foi desenterrado para atender outro projeto – o Porto Maravilha – que, como evidenciam Vassallo e Cicalo (2014), não fora planejado tendo como pauta inicial as questões escravistas na cidade do Rio de Janeiro.

Todavia, mesmo com iniciativas nesse sentido, ainda no início do século XXI o Brasil conta com poucos patrimônios ou museus que tratam do tema específico da escravidão de modo a colocar o negro como protagonista e suas formas de luta e resistência como foco. No entanto, constatar essa realidade não deve ser um modo de limitar os estudos acerca do tema, pelo contrário, são a partir de constatações como essas que tais assuntos devem ser elencados e colocados em pauta, constantemente. Afinal, graças a esse tipo de constatação motivadora passou a ser possível que, cada vez mais, muitos estudiosos e comunidades não acadêmicas, ao tratarem das memórias acerca da escravidão de forma colaborativa, trilhassem e ampliassem caminhos necessários por meio de seus trabalhos e projetos que são “fundamentais para a composição da argumentação em torno do direito à reparação” (MATTOS; GRINBERG; ABREU, 2018, p. 230) não somente no tocante ao tráfico ilegal ou, então, à escravização em si e aos direitos dos povos quilombolas, por exemplo, até porque, é possível ampliar esse leque e abordar questões tão importantes quanto, como é o caso do Racismo Religioso que se manifesta contra as religiões de matriz afro no Brasil, de modo que esses estudos e projetos se entrelacem como uma espécie de teia, por assim dizer, na qual esses trabalhos diversos vão se conectando e, no tecer da teia, vão se

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ampliando e se fortalecendo, proporcionando, desta maneira, sustentação e forças recíprocas entre si.

Dentro dessa perspectiva, se apresenta de forma viável a utilização da ‘Autoridade Compartilhada’ na qual há o destaque da importância dialógica para se trabalhar historicamente com os sujeitos de modo que cada um que participa da construção do conhecimento histórico seja visto como seu coautor. (FRISCH, 2016). Ainda segundo ele, nós “podemos imaginar o compartilhamento da autoridade mais fácil e amplamente se reconhecermos a autoria como sendo, nesses termos, dialógica por definição [...]” (2016, p. 63). Sendo assim, o diálogo com líderes de terreiros e membros de terreiros – do município de Paranaíba e região, no caso específico de minha pesquisa – consistirá em parte essencial da pesquisa de modo que a relação da História Pública com a História Oral possa vir a corroborar com a ideia de Autoridade Compartilhada tendo em vista que

As práticas de história pública e história oral podem expressar construções dialógicas da memória social – produzidas e difundidas – entre os saberes acadêmicos e não acadêmicos considerando o caráter público da história. [...] Os trabalhos produzidos nessa interface demonstram práticas e análises plurais comprometidas com o caráter público da história (ALMEIDA, 2018, p. 103-104).

Por fim, quanto à minha pesquisa, existe a intenção de registrar fotograficamente as sessões mediúnicas e os trabalhos ocorridos nos respectivos terreiros de Umbanda, pois há algumas décadas, principalmente a partir de 1960, o uso da fotografia – dentre outras fontes documentais não escritas – passou a complementar e a fazer parte, essencialmente, de vários trabalhos historiográficos (MAUAD; DUMAS, 2011).

Considerações Finais:

A História Pública, dentro de sua amplitude e inúmeras possibilidades de interação com outras áreas e com os diversos sujeitos e públicos, se apresenta como uma excelente possibilitadora da construção e reconstrução de conhecimentos históricos, por meio do diálogo e do exercício da escuta e do acolhimento das falas, dos silêncios, das expressões e das lembranças com quem se dialoga. Além disso, é necessário deixar falar – e estar disposto a ouvir – aqueles que carregam em si

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

memórias diversas, sejam elas memórias de dores, de experiências traumáticas ou, então, memórias de alegrias e, por que não, memórias de luta e resistência.

Olhar, ouvir e acolher essas lembranças pode – e deve – ser o pontapé inicial para nos questionarmos sobre muitas narrativas que foram expostas e divulgadas de maneira ampla, por muito tempo e de modo equívoco, sobre as populações negras do nosso país e suas culturas e manifestações de religiosidade. Questionar para não deixar mais que se calem as vozes, nem que se ‘varra para debaixo dos tapetes’ a força de um povo e seus aportes culturais que, inquestionavelmente, são partes integrantes de nossa história e de nossa identidade enquanto nação.

E sendo a História Pública um campo de ação que olha – e ouve – a tudo e a todos, sem perder de vista os recursos e rigores metodológicos que qualquer pesquisa exige, obviamente, creio que dialogar com Povos de Santo seja uma importante e efetiva maneira de pesquisa e ação em prol da História e do Público para que caminhos se abram e os tambores sigam tocando e exalando a alegria de ser Filho de Santo e o Axé dos Orixás.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, André & SOUZA Ana. **Ogans: Músicos de Religiões Afro-Brasileiras. Identidades e Representações de Poder.** In Anais do II Simpósio Nacional de Musicologia (EMAC/UFG) & IV Encontro de Musicologia Histórica (UFRJ), 2011, p.78-83.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. O que a história oral ensina à história pública? In. **Que história pública queremos?** / Organizadores: Ana Maria Mauad, Ricardo Santhiago, Viviane Trindade Borges. – São Paulo (SP): Letra e Voz, 2018. p. 101 – 110.

ARAÚJO, Ana Lúcia. Local y global: Brasil y la memoria pública de la esclavitud. In **Huellas y legados de la esclavitud en las Américas: Proyecto UNESCO La Ruta del Esclavo**, edited by Marisa Pineau, 121–134. Buenos Aires: Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2012.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. Da `Nbandla à Umbanda: Transformações na Cultura Afro-Brasileira. In: **Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana.** São Paulo, nº 1 jun./2008, p. 7 – 19.

FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, de A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In. **História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários.** / Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida, Ricardo Santhiago, (organizador). – São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 57 – 69.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

GOLEMBIESK, Rogério. **Rosa branca de Umbanda** / Rogério Golembiesk – 1ª Ed. – São Paulo: Ícone, 2015. 212 p. : il.; 24 cm

LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? O Público e seus passados. In: **Introdução à História Pública**. (Org) – Juniele Rabêlo de Almeida, Marta Gouveia de Oliveira Rovai. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 31 – 52.

MATTOS, Hebe; ABREU, Marta; GURAN, Milton. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. In: **Estudos Históricos: História Pública**, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 54, p. 255-273, ju lho-dezembro de 2014. p. 255 – 273.

MATTOS, Hebe; GRINBERG, Keila; ABREU, Martha. Que diferença faz a perspectiva da história pública nos estudos sobre escravidão? In: **Que história pública queremos?** / Organizadores: Ana Maria Mauad, Ricardo Santhiago, Viviane Trindade Borges. – São Paulo (SP): Letra e Voz, 2018. p. 229 – 237.

MAUAD, Ana Maria; DUMAS, Fernando. Fontes orais e visuais na pesquisa histórica: Novos métodos e possibilidades narrativas. In: **Introdução à História Pública**. (Org) – Juniele Rabêlo de Almeida, Marta Gouveia de Oliveira Rovai. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 81 – 95.

MONTEIRO, Patrícia Fontes Cavalieri. **Discussão acerca da eficácia da Lei Áurea**. Meritum – Belo Horizonte – v. 7 – n. 1 – p. 355-387 – jan./jun. 2012

MOTA, Emília Guimarães. Diálogos sobre religiões de matrizes africanas: Racismo Religioso e História. In: **Revista Calundu**. Brasília, v. 2, nº1, jan-jun 2018. p. 23 – 48.

NEGRÃO, Lisías Nogueira. **Entre a cruz e a encruzilhada: formação do campo umbandista em São Paulo**. São Paulo. Edusp: 1996.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa** [livro eletrônico] / Sidnei Nogueira. -- São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2020. 160 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)

PINHEIRO, André de Oliveira. **Revista Espiritual de Umbanda: Mito fundador, Tradição e Tensões no Campo Umbandista**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, p. 124. 2009.

RODRIGUES, Oscar Menezes. Religião e Intolerância: uma experiência pibidiana. In: **Revista Manduarisawa**. Manaus, v. 2, nº 1. 2018, p. 163 – 176.

ROHDE, Bruno Faria. Umbanda, uma religião que não *Nasceu*: Breves considerações sobre uma tendência dominante na interpretação do universo umbandista. In: **REVER – Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, 2009, p. 77 – 96.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In. **História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários.** / Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida, Ricardo Santiago, (organizador). – São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 23 – 35.

SILVA, Vagner Gonçalves. **Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira** / Vagner Gonçalves da Silva; [ilustrações Olavo Cavalcanti]. – 5ª. Ed. – São Paulo: Selo Negro, 2005.

VASSALLO, Simone; CICALO, André. Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 239-271, jan./jun. 2015.